

ARQUEIRO

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

4



ARQUEIR®

ISSN 1518-2495

GOVERNO DO BRASIL
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Fernando Henrique Cardoso

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Paulo Renato Souza

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Marilene Ribeiro dos Santos

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Stry Basílio Fernandes dos Santos

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
Leila Couto Mattos

COORDENAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS E TECNOLÓGICOS
Mônica A. de Carvalho Campello

DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Nádia Maria Postigo

EDIÇÃO
Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES
Rio de Janeiro – Brasil

PRODUÇÃO GRÁFICA
Skill Line

TIRAGEM
4.000 exemplares

COMISSÃO DE PUBLICAÇÃO
Professor André Luiz da Costa e Silva / Psicóloga Carla Verônica Machado Marques
Professora Leila Couto Mattos / Fonoaudióloga Marisa M. Viola
Fonoaudióloga Mônica A. de C. Campello / Professora Simone Ferreira Conforto

Contribuições, bem como pedidos de remessa deverão ser encaminhados para:



INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Comissão de Publicação

Rua das Laranjeiras, 232 – 3º andar CEP 22240-001 Rio de Janeiro/RJ – Brasil
Telefax: (0xx21) 2285-7284 / 2285-7393 / 2285-5107
e-mail: ddhct1@ines.org.br

Arqueiro

vol. 4, (jul/dez) Rio de Janeiro
INES, 2001

Semestral

ISSN 1518-2495

1 – Arqueiro – Instituto Nacional de Educação de Surdos

ÍNDICE

EDITORIAL	4
PROPOSTA DIALÓGICA COM SUJEITOS SURDOS	5
<i>Maira Cunha</i>	
<i>Everton Ferrer de Oliveira</i>	
<i>Moara Basso</i>	
<i>Valquíria M. Rios</i>	
<i>Ana Paula Cáceres</i>	
<i>Melania de Melo Casarin</i>	
A APLICAÇÃO DA INFORMÁTICA NO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO CRIATIVO	8
<i>Kátia Bragança Jordão</i>	
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA DEFICIENTES AUDITIVOS NO NÚCLEO INTEGRADO DE REABILITAÇÃO E HABILITAÇÃO – NIRH	11
<i>Maria José Monteiro Benjamin Buffa</i>	
<i>Célia Cristina Lobato</i>	
<i>Oleana Rodrigues Maciel de Andrade</i>	
OFICINA DE MATERIAIS – UM TRABALHO COM FAMILIARES DE SURDOS	17
<i>Ana Paula Schipmann Rebelo</i>	
<i>Maria Beatriz Rebello Cozer</i>	
<i>Neusa Maria Scatolin Pinheiro</i>	
OFICINA DE LINGUAGEM – CONSCIÊNCIA E ORALIDADE	20
<i>Elisabeth Caldeira</i>	
<i>Ana Paula Schipmann Rebelo</i>	
O SURDO E A GINÁSTICA ACROBÁTICA	23
<i>Pedro Antonio Amadeu</i>	
“SEGREDOS E SILÊNCIOS NA INTERAÇÃO COM SURDOS” ...	26
<i>GILs / UEPa</i>	
<i>Cyntia França C. Andrade</i>	
<i>Hermínio T. S. Santos</i>	
<i>Kátia Andréia S. Santos</i>	

EDITORIAL

Arqueiro

Neste número, o Arqueiro atravessa alguns de nossos Estados, buscando, dessa forma, articular diferentes trabalhos e projetos desenvolvidos na área de surdez.

Um convite à interdisciplinaridade, em tempos de resgate, à diversidade humana. A todos nós.

PROPOSTA DIALÓGICA COM SUJEITOS SURDOS

Maira Cunha¹

Everton Ferrer de Oliveira²

Moara Basso³

Valquíria M. Rios⁴

Ana Paula Cáceres⁵

Melania de Melo Casarin⁶

O trabalho aqui relatado desenvolveu-se no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão – NEPEs –, iniciou-se no ano de 1998 e teve continuidade no ano 2000, no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na cidade de Santa Maria, região centro-oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O grupo consistia de quatro adultos surdos, dois adolescentes e treze alunos surdos na faixa etária de 4 a 14 anos. Os adolescentes e adultos freqüentavam as oficinas profissionalizantes e os demais, diferentes níveis de atendimento pedagógico, sendo monitorados pelos alunos estagiários do Curso de Educação Especial – Habilitação em Deficientes da Audiocomunicação, os quais cursavam a disciplina de prática de ensino do 7º semestre letivo.

A ação colaborativa no espaço educativo, assim como as reflexões do trabalho direcionado aos interesses dos alunos foram linhas mestras em nossa prática pedagógica, numa constante interlocução sobre as diretrizes para a educação dos surdos. No entanto, necessitamos adotar estratégias pedagógicas que primem pelo envolvimento dos sujeitos no planejamento, assim como ações reflexivas visando o vivenciar e o replanejar de futuras ações.

Assim, ao reunirmos o grupo, discutíamos sobre as aspirações dos participantes do trabalho que seria desenvolvido. Percebemos que discutir o PLANO para o trabalho, flexível às mudanças oriundas de um embate dialógico, configura-se numa nova situação. A ênfase dada foi a necessidade de que os Surdos nos ensinassem como “didatizar” nossas ações, mesmo com o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras –, teríamos de reorganizar vários conceitos existentes, parte de nossa cultura, porém ainda pensados apenas numa modalidade de comunicação oral-auditiva.

Desta forma, o desafio recaiu sobre a busca de “alternativas” no espaço educativo para reorientarmos nossas ações, transformando-as o máximo

¹Educadora Especial

²Educador Especial e Mestrando em Educação - UFSM

³Acadêmica no Curso de Educação Especial - Habilitação Deficientes da Audiocomunicação - UFSM

⁴Acadêmica no Curso de Educação Especial - Habilitação Deficientes da Audiocomunicação - UFSM

⁵Acadêmica no Curso de Educação Especial - Habilitação Deficientes da Audiocomunicação - UFSM

⁶Professora Assistente no Departamento de Educação Especial - UFSM

possível em verdadeiras práticas emancipatórias; rompendo com o binômio Surdo X Ouvinte; respeitando as diferenças individuais; e reconhecendo-nos como sujeitos históricos, ou seja, que os problemas dos ouvintes também são problemas dos surdos e vice-versa.

Portanto, em resposta as nossas diferenças no desenvolvimento de ações educativas, buscamos implementar o planejamento em três frentes de trabalho, revertendo os interesses dos diferentes níveis do ensino numa comunidade de aprendizagem.

- Trabalho de Área – Denominado em 1998 de Grupo de Ação Colaborativa no Desenvolvimento da Identidade Surda (GACDIS), e no ano de 2000 denominou-se Áreas Temáticas Dialógicas. Este espaço consistia no planejamento de uma atividade integradora entre os sujeitos da prática educativa. Neste momento propiciamos um ambiente lingüístico favorável à aprendizagem de noções, habilidades, conceitos e/ou princípios básicos para vivência em grupo. Compartilhavam destas atividades, de caráter colaborativos, todas as turmas do núcleo, ou seja, desde a educação infantil, passando pela educação de jovens e adultos, até o ensino superior, pois os alunos estagiários integravam o grupo sendo então educandos neste processo. É importante salientar que esta atividade é extensiva às mães e/ou familiares que estivessem dispostos a integrar o trabalho destas manhãs.

A organização das áreas responsabilizava cada acadêmico a planejar previamente os recursos materiais e didáticos de uma temática significativa, já anteriormente manifestada pela comunidade discente nos encontros de discussão e reflexão sobre a prática educativa. Foram trabalhados temas como: cultura baiana, folclore gaúcho, transporte aéreo com visitação da Base Aérea da cidade de Santa Maria, noções de astronomia com visitação ao Planetário da UFSM. As metas desta proposta ficavam em torno de construir um espaço privilegiado de relações interpessoais dialógicas, que proporcionasse uma via de acesso para a construção colaborativa de novos conhecimentos e habilidades, com uma permanente avaliação para as propostas.

Desenvolver atividades oriundas segundo a educação dialógica de matriz freireana em sintonia com o campo de pesquisa que era a investigação-ação educacional emancipatória, resgatando e fortalecendo a formação dos acadêmicos do Curso de Educação Especial e dos demais envolvidos no processo.

Investigar sobre os importantes aspectos da dinâmica social escolar, pois todo o empreendimento realizado em um trabalho científico é sistematizado pelo ato de investigar.

Oportunizar uma prática que resgate a sala de aula como um instrumento auxiliar na formação da identidade surda, confirmada a relação entre os pares surdos. Quando nos referimos à represen-

tação da identidade surda precisamos afastar a idéia de normalização, isto é, não devemos trabalhar o sujeito surdo do ponto de vista do sujeito ouvinte, a fim de buscar a sua identidade pautada em sua alteridade cultural.

- Grupo de Pais de Surdos (GPS) e Grupo de Educação de Jovens e Adultos (Gejas) – Buscamos discutir os problemas encontrados na Educação de Surdos, investigando os temas da realidade, procurando ter compreensão das questões que nos instigavam. Daí a necessidade de rompermos com a “diretrizes limítrofes” do ensino, considerado especial, onde a dialogicidade não é instaurada em consequência da superficialidade com que as temáticas são tratadas, bem como a concepção equivocada de que o profissional “especializado” atua com a deficiência do indivíduo.

Sabemos que as políticas educativas não dependem única e exclusivamente dos agentes envolvidos no processo educacional, mas também com a comunidade, e de políticas públicas educacional governamental, condições para a qualidade do trabalho pedagógico.

Os sujeitos da educação criam alternativas como esta aqui relatada para desenvolverem investigações na prática educacional buscando, desta forma, contribuir na transformação da realidade, onde o fator educativo é apenas um componente do processo da construção da cidadania, onde o diálogo no espaço educativo é um dos fatores que permite vivenciarmos, discutirmos e refletirmos, abrindo a possibilidade de uma educação potencializadora da contribuição entre os sujeitos da educação.

No caso aqui relatado, a comunidade surda, principalmente os adultos surdos, tiveram a oportunidade de participar das atividades pedagógicas pautadas na relação dialógica, essência da educação como prática da liberdade. Observamos que os recursos expressivos da língua só são significativos quando os envolvidos buscam a construção de dinâmicas interativas que permitam o “usufruir” da linguagem, paralelo à constituição de um espaço de trabalho que permita acontecer o verdadeiro domínio da linguagem por parte dos envolvidos, ou seja, um processo esculpido pelo diálogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

TESKE, O. *A Dialogicidade como processo emancipatório na escuta das comunidades surdas numa perspectiva freireana*. Congresso Internacional de Educação Paulo Freire: ética, utopia e educação. São Leopoldo. Unisinos, 1998.

A APLICAÇÃO DA INFORMÁTICA NO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO CRIATIVO

Kátia Bragança Jordão*

Resumo

Muito se tem discutido sobre a união entre os recursos tecnológicos e a educação, na formação dos alunos, devido à expansão dos computadores e de seu uso. No entanto, não adianta tornar disponível toda essa tecnologia sem liberar a criatividade. Por isso, este trabalho relata o desenvolvimento de um ambiente virtual de trabalho, onde o aluno usa a tecnologia em favor da criatividade do traço e o desenvolvimento do saber artístico, mostrando a transição do papel para a tela do computador.

O trabalho consiste em um atendimento individual, iniciado em março de 2001, onde a aluna utiliza o Paint (ferramenta escolhida pela própria aluna) para fazer a transição dos desenhos anteriormente feitos no papel e relacionados aos temas centrais pedagógicos trabalhados na Instituição para a tela do computador, no período de março até setembro de 2001.

INTRODUÇÃO

O meu interesse foi de apresentar mais uma ferramenta de produção artística e do desejo de verificar sua evolução utilizando os recursos da Telemática.

No caso do aluno surdo, a experiência nos mostra a importância do estímulo visual para a comunicação.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho realizado na Informática Educativa do Instituto Nacional de Educação de Surdos atende o seu alunado (Educação Infantil ao Ensino Médio, Ensino de Jovens e Adultos e alunos do Centro de Atendimento Alternativo Florescer – CAAF), seguindo a linha sociointeracionista, onde procuramos desenvolver projetos que tenham por objetivo o favorecimento do desenvolvimento sociocognitivo e a criatividade, buscando suprir as necessidades primordiais em relação à comunicação.

Professora de informática educativa da INES

Os trabalhos desenvolvidos nos Laboratórios de Informática Educativa visam também à interdisciplinaridade dando continuidade à prática pedagógica vivenciada em sala de aula.

No atendimento do Ensino Infantil e do 1º segmento do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série), os professores regentes acompanham as turmas nos Laboratórios. Já no atendimento do 2º segmento do Ensino Fundamental (5ª à 8ª série) e do Ensino Médio, os professores não acompanham as turmas, salvo se estiverem desenvolvendo pesquisas com as mesmas ou quando utilizam os Laboratórios de Informática Educativa para ministrarem suas aulas.

As turmas atendidas possuem em média 10 a 15 alunos (devido à especificidade – surdos) em dois tempos semanais de 45 minutos.

Muito tem se discutido sobre a união entre recursos tecnológicos e a educação, na formação dos alunos. O relato abaixo descreve um trabalho diferenciado, paralelo aos desenvolvidos normalmente no Instituto e busca essa interação.

Acompanho a aluna J., que hoje tem 20 anos, desde os 7 anos – na época como professora de Educação Artística – e percebi que a mesma era dotada de grande aptidão e criatividade, que se interessa muito por desenho, fazendo dele a maneira de se expressar, ou seja, retratar a sua realidade e também o outro lado, como ela gostaria de ser. Hoje, atuando como professora de Informática Educativa resolvi trazê-la para experimentar os recursos que o computador oferece para desenvolver sua habilidade, deixando fluir assim seu poder de criação.

Comecei então a desenvolver, paralelamente aos atendimentos normais a sua turma, um projeto diferente, no qual a aluna J. é atendida individualmente, durante 45 minutos, duas vezes por semana. Através de temas centrais e pedagógicos (férias, família, dia das mães, dia dos namorados, festa junina, folclore, aniversário do Instituto etc.), que são trabalhados na Instituição, procuro incentivar a livre criação por parte da aluna, que utiliza os recursos da informática na construção de conceitos de família e vivência pessoal.

Esse caminho percorrido pela jovem, sujeito do projeto, permitiu a conceituação de elementos da composição artística como: equilíbrio, cor, forma etc. no ambiente informatizado, pois o trabalho no computador é um processo dinâmico que permite participação e interferência sempre, possibilitando que sua obra seja recriada, retrabalhada a qualquer momento. Embora a ferramenta escolhida pela jovem não ofereça facilidade, pois o *Paint* tem que ser manuseado com o *mouse*, sem grandes recursos facilitadores.

Trabalhamos a parte escrita também junto ao desenho, para que fosse feita a ponte entre o Português e a Língua Brasileira de Sinais (Libras).



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA DEFICIENTES AUDITIVOS NO NÚCLEO INTEGRADO DE REABILITAÇÃO E HABILITAÇÃO – NIRH

Maria José Monteiro Benjamin Buffa¹

Célia Cristina Lobato²

Oleana Rodrigues Maciel de Andrade³

O Núcleo Integrado de Reabilitação e Habilitação – NIRH – é um dos serviços do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais – HRAC –, da Universidade de São Paulo – USP –, Campus de Bauru, apoiado técnica, financeira e socialmente pela Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Crânio-faciais – FUNCRAF. Foi criado em 1991, com a finalidade inicial de atender as necessidades em relação à educação e capacitação profissional de adolescentes e jovens (fissurados, deficientes visuais e deficientes auditivos), matriculados no respectivo Hospital, e que residiam em Bauru e região.

Sendo o HRAC-USP uma instituição que reúne várias áreas de atuação, os treinamentos eram realizados em seus diversos setores, permitindo assim que os treinandos tivessem experiências em diversas atividades, favorecendo o desenvolvimento de suas potencialidades e reconhecimento de suas habilidades. O resultado foi tão satisfatório que, atualmente, encontram-se contratados no próprio Hospital, nas mais variadas áreas, 68 pacientes, sendo 26 fissurados, 41 deficientes auditivos e 01 com visão sub-normal.

No decorrer desses anos, a demanda natural concentrou-se em adolescentes e jovens portadores de deficiência auditiva, que chegaram tardiamente na Instituição, tentando uma comunicação através de gestos espontâneos ou língua de sinais doméstica; desempregados e com nível mínimo ou

¹*Pedagoga e Arte Educadora; Especialização em Psicopedagogia, Universidade do Sagrado Coração (USC) e Administração Hospitalar na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP); Mestranda em Distúrbios da Comunicação Humana pelo Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (HRAC-USP); Diretora Técnico do Serviço de Educação e Recreação do HRAC-USP; Coordenadora do Centro Educacional do Deficiente Auditivo-HRAC-USP e Coordenadora do Núcleo Integrado de Reabilitação e Habilitação-HRAC-USP, Bauru – SP. zexe@centrinho.usp.br*

²*Assistente Social do NIRH com aperfeiçoamento em Serviço Social na área de Saúde e especializando em Serviço Social da Saúde pelo HRAC-USP.*

³*Psicóloga do NIRH-HRAC-USP com especialização em psicopedagogia pela Universidade do Sagrado Coração-USC.*

nenhum de escolaridade, o que ocasionou a reestruturação do serviço. O NIRH, então, procurando atender as necessidades desses indivíduos, passou a ter uma estrutura articulada com o processo de habilitação para comunicação enfatizando a Língua Brasileira de Sinais – Libras –, estruturação do pensamento e da linguagem, domínio da língua portuguesa escrita, educação profissional e, como culminância, o encaminhamento para o mercado de trabalho.

Para ingressar no NIRH, os deficientes auditivos na faixa etária até 30 anos, de Bauru e região, matriculados no HRAC-USP, submetem-se a uma criteriosa avaliação capaz de identificar: o nível de interesse e disponibilidade para participação efetiva no programa, o nível de competência comunicativa em Libras e língua portuguesa nas modalidades escrita e/ou oral, o potencial para o desenvolvimento de novas habilidades e as limitações funcionais do indivíduo. Portanto, uma equipe de profissionais composta por assistentes sociais, psicólogas, fonoaudiólogas, pedagogas e instrutor de Libras realiza as avaliações e, posteriormente, reúne-se para traçar o plano de ação para cada indivíduo. O NIRH oferece, hoje, programas diversificados de atendimento, ou seja: Programa de Libras, Programa de Leitura e Escrita (com recursos de informática), Programa de Educação Artística, Programa de Educação Profissional e outras atividades correlatas.

No presente artigo, trataremos mais especificamente do Programa de Educação Profissional – PEP –, o qual está pautado com os objetivos da legislação da política nacional de integração de pessoa portadora de deficiência (*Brasil, 1999a*), que enfatiza a necessidade de se criar condições que garantam, a toda pessoa portadora de deficiência, o direito a receber uma formação profissional adequada, sob a base de educação geral, para fomentar o seu desenvolvimento harmônico, organizando os meios de formação para a inserção no mercado laboral.

Para alcançar os objetivos delineados pela referida lei e atender as exigências do mercado de trabalho, hoje muito competitivo, todos os usuários estão inseridos no sistema regular de ensino, com assessoramento docente e técnico da equipe de profissionais, além de participarem de todos os programas oferecidos pelo NIRH. Conforme suas necessidades, são atendidos em grupo ou individualmente, o que pode acontecer de 2 a 4 vezes por semana. Apenas a partir dos 16 anos de idade, aproximadamente, participam paralelamente do Programa de Educação Profissional, o qual está estruturado abrangendo os seguintes aspectos: autoconhecimento, informação sobre o mundo do trabalho e escolha profissional.

Estes aspectos são trabalhados efetivamente, considerando que, conhecer-se, é extremamente importante para a escolha de uma profissão ou ocupação. O adolescente deficiente auditivo ou mesmo o ouvinte, nessa fase da vida, geralmente sente-se perdido e despreocupado em relação ao seu futuro profissional. Apresenta-se com a auto-imagem distorcida e confusa em relação aos seus interesses e habilidades; faz uso de soluções pouco reflexivas ou influenciadas pelos amigos e familiares (*Redondo & Carvalho, 2001*).

Para o adolescente deficiente auditivo, essas atitudes e sentimentos podem ser mais marcantes, em função das dificuldades impostas pela surdez, ou seja, dificuldade de comunicação com os ouvintes, dificuldade para alcançar graus elevados de escolaridade, poucas oportunidades de cursos profissionalizantes e desinformação das exigências do mercado de trabalho.

Justifica-se, assim, um trabalho de educação profissional, que ofereça oportunidades ao adolescente deficiente auditivo de conhecer a si próprio, ampliar seu conhecimento sobre o mundo do trabalho, ter capacidade de tomar decisões e elaborar seu projeto de vida, assim como efetivá-lo.

Desse modo, a assistente social e a psicóloga desenvolvem uma programação de atividades em grupo, com a participação do instrutor de Libras, cujo conteúdo envolve:

- Autoconhecimento e análise do perfil individual
- Diferenças individuais e como conviver com elas
- Orientação sexual, prevenção de drogas, informações sobre as diversas religiões, lazer e cultura
- Valores pessoais (assiduidade, pontualidade, responsabilidade, interesse, solidariedade, conhecimento, apresentação pessoal, iniciativa, respeito e atenção)
- Importância dos estudos (escolaridade)
- Tomada de consciência de interesses, habilidades e aptidões
- Reflexão sobre o potencial de cada um
- Conhecimento das profissões e cursos profissionalizantes
- O processo de escolha da profissão, o comprometimento e a responsabilidade
- A relação homem-trabalho, cidadania, direitos e deveres
- Legislação trabalhista
- Documentos necessários para a atividade laboral
- Mercado de trabalho: características e exigências
- Hábitos e atitudes no trabalho
- Relações humanas no trabalho
- Segurança no trabalho
- Processo seletivo
- Busca de emprego
- Alternativas de trabalho

Os recursos e estratégias utilizados para o desenvolvimento dos temas acima citados incluem material audiovisual, dinâmicas de grupo, dramatizações, visita em repartições públicas que emitem documentos, entrevistas com diversos profissionais, visita a instituições e empresas etc., sempre com o objetivo de facilitar a compreensão e auxiliar o deficiente auditivo a construir e/ou ampliar seus conhecimentos.

Paralelamente a esse trabalho, a assistente social e a psicóloga desenvolvem ações externas que visam a integrar o deficiente auditivo no mundo do trabalho, assim como a manutenção de seu emprego. Portanto, reali-

zam pesquisa de mercado, visando a identificar os tipos de empresas e negócios existentes nas diversas áreas, tipos de empregos nas empresas analisando e identificando funções. Propõem abertura de vagas para treinamento e contratação, informando sobre as competências e habilidades do deficiente auditivo e o trabalho desenvolvido pelo NIRH. Sugerem firmação de convênio Funcraf/Empresa para casos de treinamentos; garantindo, por parte da Funcraf, benefícios aos treinandos, tais como ajuda de custo mensal, vale transporte e vale alimentação..

O treinamento acontece por um período de 2 meses, sendo possível ser prorrogado a cada 2 meses, até completar o período máximo de 6 meses (Brasil, 1999b), podendo ocorrer na mesma empresa ou ser transferido para outra. Durante o treinamento, semanalmente é realizado contato com a empresa para verificar o desempenho do treinando; havendo necessidade, a psicóloga e a assistente social realizam intervenções para os ajustes necessários. As prorrogações e transferências se efetivam mediante o resultado da avaliação de desempenho do treinando que é realizada mensalmente pelas referidas profissionais, as quais analisam: identificação com a função, habilidades e dificuldades, relacionamento pessoal, motivação e interesse do empregador em dar continuidade ao treinamento ou efetivar a contratação.

No final de 6 meses de treinamento, não havendo interesse da empresa em contratar o treinando, o mesmo pode continuar no NIRH, participando de atividades de leitura/escrita e Libras, enquanto é orientado para busca de emprego por conta própria, ou por meio do Balcão de Emprego de Deficientes.

Em todos os casos de contratação, o PEP oferece assistência durante o período de 3 meses de experiência e as pedagogas continuam dando assessoria técnica especializada em suas escolas, com vistas a favorecer o processo ensino-aprendizagem dos deficientes auditivos, para que possam ampliar seus conhecimentos, assim como minimizar as dificuldades de comunicação e atuação dos professores com esses alunos. Os mesmos poderão participar de atividades de leitura e escrita e aprimoramento de Libras, conforme interesse e disponibilidade. O Programa de Educação Profissional também tem procurado estabelecer parcerias com escolas públicas e privadas que oferecem cursos profissionalizantes (Senac, Sesc, Senai, Sesi etc.), pleiteando vagas para os usuários, objetivando uma melhor qualificação profissional, para que tenham condições de competir profissionalmente e em situações semelhantes às dos trabalhadores ouvintes, viabilizando sua integração numa atividade profissional, na qual ele possa não só produzir, demonstrar suas potencialidades e capacidades, mas antes de tudo sentir-se útil, capaz e parte integrante da comunidade.

A participação efetiva da família nesse contexto é fundamental, porém, não isoladamente, e sim constituindo a tríade instituição/escola/família, para que o processo de inclusão social do deficiente auditivo se concretize. Portanto, o Programa organiza Grupo de Pais, mensalmente, e por meio de dinâmicas de grupo procura orientá-los quanto à importância de incentivar seu filho para os estudos, à necessidade de aprender Libras para facilitar a

comunicação no lar, oportunizar a família a refletir sobre a fase da adolescência e a relação com o filho deficiente auditivo, interação com seus irmãos e pessoas de seu convívio, perceber a potencialidade e habilidade de seu filho D.A., acompanhar o momento de escolha profissional e auxiliá-lo a compreender sua situação específica de vida, respeitar sua decisão e, finalmente, permitir que o filho desenvolva plenamente sua capacidade produtiva e de realização profissional. Em alguns encontros, os filhos são convidados para participação conjunta com seus pais. Essa experiência tem sido extremamente satisfatória, à medida que temos percebido um ajustamento na relação pais/filhos, apesar de, ainda, o resultado ser avaliado com uma minoria, pois a maioria pertence à classe econômica baixa, com cultura restrita, o que lhes confere um descompromisso com a situação de inclusão social de seu filho. Psicológica e socialmente essas famílias vêm sendo trabalhadas para que os objetivos sejam atingidos a contento.

O Programa de Educação Profissional do NIRH é uma das possibilidades para que o adolescente e o jovem deficiente auditivo venham conquistar seu direito ao trabalho, sua autonomia e realização pessoal, que exerçam sua cidadania e tenham uma vida de melhor qualidade e felicidade plena.

Neste ano, dos 25 usuários que participaram do PEP, 16 conseguiram contratação e 04 encontram-se em treinamento nas empresas. Um resultado significativo, que vem confirmar que estamos no caminho certo. Uma boa parcela dos empresários de Bauru já se conscientizou de seu compromisso social e reconhece a potencialidade do deficiente auditivo; abre suas portas, solicita aula de Libras para seus funcionários, num gesto digno de respeito às diferenças. Isto nos satisfaz imensamente pois, com as parcerias Empresas/Instituição, tem sido possível transformar o preconceito em reconhecimento de que o homem, independente de sua condição física ou intelectual, tem um potencial e sempre algo que possa fazer que dignifique o crescimento de seu ser; portanto, não tendo um trabalho, não sonha com melhores perspectivas de vida, não tem possibilidades de se realizar e finalmente ser feliz!

Como já cantava Gonzaguinha: ... "Um homem se humilha se castram seu sonho, seu sonho é sua vida e, vida é trabalho, e sem o seu trabalho o homem não tem honra e, sem a sua honra, se morre, se mata. Não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz..."

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999a. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. URL: <http://wwwt.senado.gov.br/legbras>. Consultado em 22 out. 2001.

BRASIL. Portaria 772, de 26 de agosto de 1999b. Disciplina a contratação de portadores de deficiências, sem que fique caracterizado o vínculo empregatício. URL: http://www.mte.gov.br/sit/port/defit/port_772.htm. Consultado em 22 out. 2001.

REDONDO, M. C. da F., CARVALHO, J. M. A importância da orientação profissional na fase da adolescência. Disponível: site Entre amigos: rede de informações sobre deficiência (10 out. 2001). URL: <http://www.entreamigos.com.br/temas/trabalho/aimportancia.htm>. Consultado em 3 de maio de 2001.

OFICINA DE MATERIAIS – UM TRABALHO COM FAMILIARES DE SURDOS

Ana Paula Schipmann Rebelo¹

Maria Beatriz Rebello Cozer²

Neusa Maria Scatolin Pinheiro³

O Instituto de Fonoaudiologia (IFU), do Centro de Ciências da Saúde (CCS), da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), possui o Setor de Atendimento ao Portador de Surdez (SAPS), que tem por objetivo educar o sujeito surdo, visando à constituição da sua identidade nos âmbitos: social, político e cultural.

Neste estágio extracurricular, foram promovidas oficinas de produção de materiais, com objetivo de envolver os pais das crianças atendidas no setor, na faixa etária entre 0 e 6 anos. Consideramos este um período essencial para o desenvolvimento da linguagem, da comunicação humana. Pelo fato das crianças surdas adquirirem a língua de sinais de forma espontânea e não ser esta a língua que dominam, a maioria dos pais, em questão nos despertou para que, de forma lúdica, fosse acontecendo a comunicação entre os mesmos. A contribuição do uso de brinquedos, atividades lúdicas para o desenvolvimento de linguagem e para que aconteçam interações domiciliares entre mães e filhos.

Os encontros com os pais aconteciam uma vez por semana, contando sempre com a fonoaudióloga orientadora e duas estagiárias do curso de Fonoaudiologia, nos quais eram feitas orientações sobre o desenvolvimento da comunicação da criança surda. Por estarem os pais diretamente envolvidos com o ambiente em que a criança passa a maior parte de seu tempo, os materiais desenvolvidos surgiram, inicialmente, das expectativas e prioridades dos mesmos, centrando-se algumas vezes na preparação de seus filhos para o ambiente escolar, outras no processo de aquisição de linguagem e, ainda, com outros familiares e amigos que não conhecem Libras e participam do ambiente familiar em aniversários, festas de família etc.

O referido programa buscava desenvolver, com os pais, habilidades para contribuir com o desenvolvimento de seus filhos surdos. Neste programa eram realizadas orientações fonoaudiológicas sistemáticas aos pais sobre:

¹Fonoaudióloga do Setor de Atendimento ao Portador de Surdez, mestranda em Educação na UNIVALI.

²Coordenadora Pedagógica do Setor de Atendimento ao Portador de Surdez, especialista em Orientação Educacional e Interdisciplinaridade.

³Orientadora Pedagógica do Setor de Atendimento ao Portador de Surdez, especialista em Orientação Educacional e Interdisciplinaridade.

- ✓ a necessidade de inclusão de seus filhos surdos em escolas regulares;
- ✓ o desenvolvimento efetivo da linguagem da criança surda, incluindo o uso da Libras, linguagem oral e escrita;
- ✓ a importância do uso do aparelho auditivo, bem como os cuidados necessários com ele; e
- ✓ a contribuição do uso de brinquedos, atividades lúdicas para o desenvolvimento de linguagem.

Surgiram materiais diversos, quase sempre associando à língua de sinais à língua portuguesa. De acordo com *Capovilla* (1999), a importância da palavra escrita em português, abaixo da ilustração do sinal, está em expandir o conhecimento do surdo na língua portuguesa, a partir da primeira língua adquirida pelos surdos: Libras. A função deste material, conforme o referido autor, não é a de substituir a escrita alfabética, mas fornecer à criança surda, no período ideal de aquisição de leitura e escrita, uma ferramenta poderosa para o seu desenvolvimento psicolingüístico.

Ressaltamos que a relação do sinal, ao significado (figura) e língua portuguesa, permite não somente a associação visual entre eles, mas também, a aprendizagem, a compreensão do significado, e a internalização rápida de cada sinal.

Concordamos, então com *Schindwein*, (2000, p. 08) ao dizer que: "não basta um indivíduo ter capacidade de abstração para que tal raciocínio se constitua. É necessário, também, que o indivíduo se desenvolva em um ambiente social e, portanto, cultural, para ser capaz de abstração".

Todas as atividades desenvolvidas com os pais das crianças, desde as orientações à confecção de materiais, objetivaram, por meio de contato pessoal, trocar, compartilhar informações, apoiar na medida de nossas limitações emocional, social e pessoal, suprindo as necessidades, auxiliando no processo educacional de seus filhos.

Bronfenbrenner (1996, P. 57) afirma que: "pais e irmãos, assim como parentes, vizinhos e amigos vêm e vão a todo o momento, proporcionando experimentos naturais prontos, com validade ecológica inata e um planejamento antes em que cada sujeito pode servir como seu próprio controle".

Percebemos nos relatos dos envolvidos que a carência de interação, entre professores e alunos, pais e filhos, interfere e dificulta na tomada de consciência desses sujeitos, no processo educacional e na dificuldade de reflexão crítica.

Spodek e *Saracho* afirmam que: "a relação estreita entre programas para crianças pequenas e seus pais refletem um entendimento da íntima ligação entre pais e filhos. Como o pai tem um impacto maior na vida de seus filhos do que qualquer programa educacional, os educadores aprenderam a usar esta relação como continuidade no seu trabalho em sala de aula". Embora este programa não aconteça em sala de aula, mas na sala de atendimento da fonoaudióloga do setor, acreditamos que contribuimos para o for-

talecimento desta relação (pais e filhos), aprendendo e construindo com estes (Spodek e Saracho 1997, p. 166).

Surgiram materiais diversos, sempre associando à língua de sinais, à língua portuguesa. Entre eles relacionamos:

- Música Parabéns a você;
- Mascote instrutor de Libras;
- Quebra-Cabeça;
- Jogo de Memória;
- Atividades Pedagógicas;
- Cartelas Temáticas, com alimentos, ações, animais.

Entendendo o SAPS como espaço sociocultural no qual buscamos oferecer ao sujeito surdo diversas possibilidades de constituir sua identidade, e ser incluído efetivamente na sociedade, acreditamos que, com o trabalho e apoio dos pais, conseguimos atingir nosso objetivo, fortalecendo a relação entre pais e filhos, aumentando a auto-estima destes, a confiança e o sucesso no trabalho desenvolvido com as crianças. Todas as atividades que são desenvolvidas com os pais das crianças, desde as orientações à confecção de materiais objetivam, por meio de contato pessoal, trocar, compartilhar informações, apoiar na medida do possível, social e pessoalmente, suprimindo as necessidades, auxiliando no processo educacional de seus filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre ARTMED, 1996.
- CAPOVILLA, F.C. & CAPOVILLA, W. R. **Dicionário de Língua Brasileira de Sinais: Ilustração escrita e direta de 3500 sinais utilizados por Surdos em São Paulo**, in Revista Espaço – Informativo Técnico Científico do INES-Junho 1999.
- SPODEK, B. & SARACHO, O.N. **Ensinando Crianças de Três a Oito Anos**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.
- SCHLINDWEIN, L.M. **O processo de Internalização: Investigando indivíduos adultos em um contexto escolar**. Tese de Doutorado em Psicologia da Educação: PUC/SP, 1999.

OFICINA DE LINGUAGEM – CONSCIÊNCIA E ORALIDADE

Dra. Elisabeth Caldeira¹

Ana Paula Schipmann Rebelo²

A Fonoaudiologia Educacional reporta-nos diretamente à prevenção, atuando de forma que se evite o instalar de patologias. Ao atuarmos com o sujeito surdo com atividades preventivas, estaremos reduzindo desabilidades decorrentes da surdez e restabelecendo funcionalidade da linguagem, evitando possível desajuste psicossocial do indivíduo. (Andrade, 1996).

A Fonoaudiologia, no entanto, necessita criar novos paradigmas no trabalho com o surdo, descentrando-se da falta de audição desses sujeitos. A aquisição da linguagem deve ser priorizada, uma vez que é este o objeto de estudo, no trabalho da Fonoaudiologia. Ao atuar com dificuldades de comunicação, é preciso estar consciente das necessidades do sujeito com o qual interage. Danesi (2000, p. 08), reflete sobre os novos paradigmas para o trabalho do fonoaudiólogo com o surdo, afirmando que se este profissional continuar pensando em surdez como um problema exclusivo da Audiologia, não existirá mais um papel para desempenhar, tendo em vista a nova concepção que reconhece a comunidade surda, sua cultura, hábitos e valores próprios.

O Setor de Atendimento ao Portador de Surdez (SAPS), do Instituto de Fonoaudiologia da Universidade do Vale do Itajaí, trabalha atualmente com programas diversificados de atendimento ao surdo, contando com uma equipe de sete pedagogas, dois instrutores surdos, de Libras uma coordenadora pedagógica, uma fonoaudióloga, uma orientadora educacional e dois estagiários surdos. Este setor trabalha com o objetivo maior de minimizar as dificuldades encontradas pelos sujeitos surdos, visando a sua efetiva participação na sociedade, desenvolvendo sua linguagem nas formas mais abrangentes de utilização: oral, escrita e/ou gestual (língua de sinais).

Acreditando na importância da linguagem na constituição da consciência e do conhecimento humano para o desenvolvimento social, emocional, afetivo e intelectual do surdo, enquanto sujeito, iniciamos no segundo semestre de 1999 o Programa Oficina de Linguagem.

O programa Oficina de Linguagem foi desenvolvido da seguinte forma: cada estagiário atendia dois grupos, de duas a quatro crianças, por uma

¹Doutora em Educação na Área: Desenvolvimento Humano e Educação PUC/RS, Assessora de Avaliação e Professora na Graduação e Pós-Graduação, em nível de Mestrado na UNIVALI/SC.

²Fonoaudióloga no Setor de Atendimento ao Portador de Surdez (SAPS/UNIVALI) e Mestranda em Educação na UNIVALI/SC.

hora. Nestes atendimentos, eram inseridos constantemente o treino auditivo, com objetivo de desenvolver resíduos auditivos; a leitura labial; e materiais lúdicos, com linguagem escrita e de sinais, por meio de interações que privilegiavam a aquisição e o desenvolvimento da linguagem.

É importante revelar que os estagiários do programa participaram do curso de Libras, oferecido no setor, para comunicarem-se efetivamente com as crianças. Embora o objetivo maior deste programa fosse o desenvolvimento da linguagem oral, buscamos respeitar a especificidade lingüística dos surdos. Concordamos com *Skliar*, (1997, p. 127) ao postular que, se aos surdos foi negado historicamente sua identidade e sua língua, seria um simples reducionismo acusá-los de ter limitações em seus processos psicológicos superiores.

As relações humanas assimétricas, inicialmente realizadas de forma unilateral, na concepção vygotskiana, são beneficiadas pela intervenção dos adultos que estruturam a atividade, apoiando e mantendo o propósito geral, objetivando o desenvolvimento das funções mentais superiores e a aplicação destas em outras atividades mais complexas. "Todas as funções mentais superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos" (*Vygostsky*, 1989, p. 64). O sistema de atividade da criança é determinado, especialmente, pelo grau de domínio que esta apresenta na utilização dos mediadores do conhecimento: os instrumentos e os signos. A atividade é entendida como trabalho organizado e desenvolvido coletivamente em um momento histórico e socialmente determinado.

A elaboração das funções psíquicas depende da apropriação do conteúdo objetivo disponível na cultura. O conhecimento do conteúdo objetivo e veiculado pelas gerações precedentes através dos signos e instrumentos não se prende às leis biológicas, mas às leis sociais e, por isso, históricas. O desenvolvimento tem lugar em uma matriz social. As interações adulto/criança constituem a fonte dos processos lingüísticos e cognitivos sendo que os processos cognitivos não existem fora das condições socioculturais nas quais operam.

Obtivemos resultados interessantes como: algumas crianças, já com idade de 10/12 anos, que não costumavam oralizar, o faziam nestes momentos, após adquirirem segurança e tranqüilidade com o mediador. Outras crianças, entre dois e oito anos, cujas mães estavam inseridas no Programa Oficina de Materiais que funcionou concomitantemente a este, demonstravam significativo destaque nos grupos, interesse e desenvolvimento na linguagem, nas suas formas orais, de sinais e escrita. *Moll*, (1996) ao refletir sobre o conceito aplicado por *Vygostky*, de zona de desenvolvimento proximal, ressalta que "parceiros mais competentes", tanto quanto os adultos, podem levar ao desenvolvimento das crianças.

O trabalho realizado pelos estagiários, quase sempre envolvia a escrita com auxílio das pistas visuais sinestésicas padronizadas neste setor, pois acreditamos que desconsiderar o uso da escrita, ao trabalharmos com aquisição e desenvolvimento da linguagem, significa ocultar e dificultar o conheci-

mento que podemos alcançar com ela. *Olson*, (1998, p. 106), ao refletir sobre as Implicações Cognitivas da Leitura, afirma que: “a escrita afeta a consciência de linguagem que é fundamental para as implicações conceituais da escrita”.

Percebemos também que a carência de interação, entre professores e alunos, pais e filhos, dificulta na tomada de consciência desses sujeitos, no processo educacional e na dificuldade de reflexão crítica.

Sabendo que este tipo de trabalho envolve a tomada de consciência de todos os envolvidos, concluímos que necessitamos primordialmente afastar-nos de nossas próprias armadilhas, para que o sujeito surdo se afirme, reconhecendo o outro também como sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, C.R. **Fonoaudiologia Preventiva: Teoria e Vocabulário Técnico-Científico**. São Paulo: Editora Lovise, 1996.
- DANESI, M.C. **Novo Paradigma para o Trabalho Fonoaudiológico com o Surdo**, in *Jornal do Conselho Regional de Fonoaudiologia*. Edição nº 18 janeiro/fevereiro/março-2000. 3ª região PR-SC-RS.
- SKLIAR, C. **Educação e Exclusão: Abordagens Socio Antropológicas em Educação Especial** - Porto Alegre: Mediação, 1997.
- OLSON, D.R. **A Escrita e a Mente**, in *Estudos Socioculturais da Mente* – Porto Alegre; Art Méd, 1998.
- SPODEK, B. & SARACHO, O.N. **Ensinando Crianças de Três a Oito Anos**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.
- MOLL, L. **Vygotsky e a Educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

O SURDO E A GINÁSTICA ACROBÁTICA

Pedro Antonio Amadeu¹

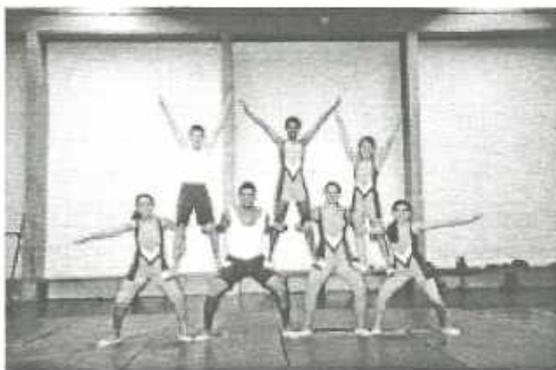
A educação física para surdos não requer grandes adaptações para sua prática. Idêntica ao trabalho realizado com ouvintes, necessita levar o educando a desenvolver sua autoconfiança, a melhora da coordenação geral, o equilíbrio (estático, dinâmico e recuperado), a velocidade de reação e a agilidade.

Quando trabalho com atividades coletivas, seja um desporto ou grandes jogos, percebo que a participação do surdo é bem maior do que durante as aulas de ginástica geral. Acredito que seja em razão do equilíbrio, que em fases iniciais apresenta uma diferença em relação aos ouvintes. Mas sendo o equilíbrio uma qualidade que pode ser desenvolvida e aperfeiçoada através das experiências vivenciadas pelo corpo, esta defasagem tende a diminuir.

Portanto, decidi trabalhar com a ginástica acrobática com surdos, porque ela utiliza como ponto essencial o equilíbrio.

Mas o que é ginástica acrobática?

A ginástica acrobática é um desporto que tem sua origem no circo (espetáculo) e que se caracteriza pela construção de figuras, as quais denominamos pirâmides humanas. A sua prática desenvolve a cooperação, a confiança, a união (socioafetiva), equilíbrio, força, velocidade de reação, agilidade, coordenação (motor).



Ginástica acrobática alunos:
Débora Gois de Jesus; Douglas dos Anjos Pedro;
Nathalia Alcantara Ochendorf; Sheila Odo Travesoli;
Raphael Scarpini; Girlane de Andrade Costa; Aryane
Vitagliano Pereira Costa.



¹Professor de Educação Física do Instituto Santa Terezinha

Como um surdo pode ficar em pé em cima do outro?

Eles têm problema de equilíbrio?

Nem meus próprios alunos acreditavam que poderiam fazer esta atividade. "Isto é para ouvinte", eles me respondiam.

Seriam capazes? Este foi o meu desafio. Mostrar que eles também eram capazes de montar as figuras, que precisavam acreditar neles mesmos e vencerem o preconceito que só os ouvintes podem realizar determinadas tarefas motoras.

Os alunos tinham o conhecimento do que era acrobática, devido ao fato de conhecerem o grupo de ouvintes com o qual trabalhamos.

O projeto foi desenvolvido durante as aulas de educação física, duas vezes por semana, com alunos do ensino fundamental que tiveram a oportunidade de vivenciar este desporto.

Esta vivência foi desde a execução de figuras básicas até algumas um pouco mais complexas, sendo utilizados material de apoio, de proteção, tais como colchões de queda, planos inclinados, plintos (funcionando como aparadores) e outros.

Para minha surpresa, o envolvimento dos alunos foi muito maior do que o esperado, e à medida que lhes oferecia exercícios com maior grau de dificuldade, a vontade de participar aumentava ainda mais. Em uma das aulas, um aluno me perguntou se eles iriam apresentar para outras pessoas o que vinham fazendo. Eu sentia em alguns alunos que a ginástica acrobática vinha se tornando algo importante, pois estavam fazendo coisas que até então acreditavam ser impossíveis de serem feitas por surdos.

Analisei o grupo e selecionei alguns alunos para compor a primeira equipe de surdos praticantes de ginástica acrobática. No começo, em 2000, eram 9 alunos, hoje já são 12 e muitos interessados em participar do grupo devido ao trabalho realizado nas aulas de educação física.

Procurei informações junto a Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos) sobre outras entidades que praticam este desporto e não encontrei nenhuma referência, o que torna este trabalho pioneiro na área de educação física para surdos no Brasil.

Desde então o grupo vem se apresentando com certa frequência, onde destacamos os seguintes eventos:

- Semana Cultural na EMEDA Olga Benário Prestes,
- Abertura do I Jogos Mirins do Instituto Santa Teresinha,
- Comemoração da Semana da Pátria na OEMAR,
- VII Festival OEMAR de Ginástica Geral,
- Festival de Ginástica do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Campinas,
- I Copa Mercosul de Ginástica, em São Paulo.

Os resultados obtidos são positivos devido à satisfação que os alunos têm em trabalhar este desporto na educação física, com a possibilidade de poder divulgá-lo.

É gratificante vê-los dizer que conseguiram subir, que foram capazes de fazer aquilo. Isto nos ensina que quando investimos mais cedo, ou mais tarde vamos colher frutos melhores, e que depende de nós germiná-lo e garantir o seu bom crescimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLUME, Michel. **Akrobatik**. Meyer & Meyer Verlag: Germany, 1992.

EDGARD, Francisco. **Contributo para a implantação da acrobática no Brasil**, 1985.

GDSÉN, Leif. **Akrobatil for begynnere og viderekomne**. Teknoloisk Forlag: Oslo, 1982.

“SEGREDOS E SILÊNCIOS NA INTERAÇÃO COM SURDOS”

GILs / UEPa¹

Cyntia França C. Andrade²

Hermínio T. S. Santos³

Kátia Andréia S. Santos⁴

INTRODUÇÃO

Tomamos emprestado o título do livro de Paula Botelho, fazendo nele uma pequena alteração, já que a autora relata em sua obra, alguns aspectos fundamentais do processo educacional da pessoa surda, mas que acabam sendo tratados silenciosamente e secretamente pelos indivíduos envolvidos nesse processo, descrito pela autora da forma mais ampla, que inclui a educação familiar e o processo de socialização como um todo.

Em seguida, o tema foi pensado e decidido como fruto de discussões que giraram em torno do processo de auto-afirmação da cultura surda belenense. Ou seja, se o objetivo é provar a existência dessa cultura, por que não observar os indivíduos ouvintes na sua interação com as pessoas surdas, seus aspectos comportamentais, lingüísticos, estigmatizantes, culturais e outros mais? A maioria das pesquisas feitas na área da surdez giram sempre em torno de adaptações para os surdos, ou de estudos destes, mas sempre em relação ao ouvinte, o que de certa forma ainda acaba tratando este último sob uma visão de superioridade, mantendo com isso o caráter marginalizante do grupo excluído.

A partir de então, passamos a atentar para a expansão da Língua de Sinais e o espaço que ela vem conquistando nas esferas sociais e educacionais, que por sua vez acaba acarretando um considerável aumento na procura por cursos de L.S. (Língua de Sinais) por pessoas ouvintes, pelos motivos mais variados, desde pais que querem interagir com seus filhos, profissionais da área da educação, alunos de Pedagogia e outros cursos, até simples curiosos. Tendo em vista que o curso já é ministrado para ouvintes desde 1996, há também uma melhora quantitativa e razoável expansão (regional) das relações lingüístico – sociais entre surdos e ouvintes. Enquanto isso, a melhora qualitativa só torna-se visível a partir do momento em que estes ouvintes dominam a L.S., passam a ser aceitos pela comunidade surda enquanto membro, e ao final de um processo lento e gradual, tornam-se agentes multiplicadores e produtores desta cultura.

¹Grupo de Intérpretes de Língua de Sinais da Universidade do Estado do Pará

²Graduanda do curso de Formação de Professores da UEPa

³Cursando de Pedagogia com habilitação em Educação Especial – 3º ano

⁴Cursando de Pedagogia com habilitação em Educação Especial – 3º ano

E foi justamente nesses ouvintes, aprendizes da L.S., dos iniciantes aos mais experientes, que centramos nossas observações, contextualizando-os sempre, na problemática "inversa" surgida das discussões: que tipos de posturas, no uso da L.S., são tomadas por ouvintes, que podem vir a constituir barreiras nas relações lingüístico – sociais entre estes e os surdos?

Assim sendo, fizemos considerações que achamos pertinentes à complementação da temática, como, por exemplo, a formação das minorias nas quais os surdos a estar incluídos, por um processo sócio – historicamente construído; a aquisição da Língua de Sinais pelos ouvintes, algumas estratégias e seus resultados. Essas considerações nos dão respaldo para as descrições das características principais do que denominamos "Segredos e Silêncios na Interação com Surdos".

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS MINORIAS

Não há algum indivíduo que não viva em sociedade, e isso inclui todas as espécies vivas habitantes do nosso planeta. Desde os primórdios, de acordo com quaisquer das teorias da evolução humana, da científica à religiosa, não há uma que deixe essa questão em aberto, dando espaço para dúvidas ou questionamentos.

Com isso, todos os grupos sociais, inclusive o dos animais, passam a direcionar suas práticas para uma simetria, coesão e estabilidade do mesmo. Isto apenas torna-se possível através da criação de um conjunto de critério ou regras, que passam a determinar os padrões, parâmetros e condutas consideradas aceitáveis para a manutenção da estabilidade e da paz do grupo. Isto é, os mecanismos de controle social são criados para garantia da ordem e da conformidade da maioria dos membros de determinado grupo social.

"O modo de vida coletiva do homem determina automaticamente uma série de necessidades. Uma delas diz respeito à manutenção e integridade da vida coletiva em todas as situações. Criam-se regras e normas que ajudem a preservar a vida coletiva, a despeito de motivos individuais muitas vezes conflitantes com o modo de vida coletiva. Criam-se expectativas acerca de atributos e comportamentos, as quais muitas vezes adquirem a força de normas que precisam ser cumpridas rigorosamente. Criam-se assim, os desvios que podem estar sobrepostos ou não a patologias específicas"
(Omote, 1994).

E esses processos de seleção natural, historicamente, passou da seleção natural da visão da evolução filogenética, na forma de seleção natural física, para uma "seleção 'natural' social" (Glat, 1995).

Assim, nesses indivíduos, cada vez mais, forma-se uma contradição conflitante entre suas personalidades, maneira de ser, e o que socialmente é considerado normal para a comunidade de convivência "ou seja, existe uma

dicotomia entre o que eles são e – para efeito de aceitação social – quem eles deveriam ser” (Glat, 1989).

Desta forma, os desviantes ou anormais, categoria socialmente construída de desvios, como todos os grupos estigmatizados e marginalizados, acabam concentrando suas interações sociais dentro das comunidades minoritárias, constituída por seus respectivos elementos, como os aidéticos, homossexuais, negros e outras minorias raciais, e mais especificamente, cegos e surdos, dentre outras modalidades de deficiência.

Então, com relação aos surdos, e também alguns outros grupos de deficientes, a violação da normalidade é detectável com bastante facilidade, e permanente, e torna-se mais grave, uma vez que trata-se de um desvio da “linguagem”, ou seja, viola a própria “norma física do ser humano” (Glat, 1995), já que esta foi, durante muito tempo, condição de humanização; isto significa dizer que a negação aos padrões de normalidade vão além do comportamento bizarro ou não-produtivo, e este fato, juntamente com a especificidade lingüística no caso do surdo, só fortalece as interações colonialistas dos membros deste grupo.

A AQUISIÇÃO DA L.S. POR OUVINTES

De acordo com nossa realidade regional, como fora citado, a procura por cursos de L.S., já a algum tempo, vem crescendo. As fontes de informação são as mais variadas possíveis, como jornais, revistas, e, ultimamente, os programas televisivos de nível nacional, cujas repercussões alcançam proporções incomparáveis.

O público do curso é formado por elementos bastante variados, como alunos universitários (principalmente da Pedagogia, na qual a Educação Especial tem se destacado regionalmente), inclusive acadêmicos de fonoaudiologia, que apresentavam resistência quase irreversível⁵; profissionais da educação que já atuam com crianças surdas, bem como outros profissionais já preocupados com a possibilidade de vir a atender uma criança surda, a partir da nova perspectiva de educação inclusiva. Outras pessoas, por outros motivos, como religiosos e voluntários, também procuram o curso. Então, o fato do interesse levar à procura e ingresso no curso, já pode ser considerado enquanto elemento do processo de aquisição da L.S. pelo ouvinte.

Assim, iniciando o curso, ou em contato com outro surdo com finalidade explícita de aprendizagem da Libras⁶ (Língua Brasileira de Sinais), o ouvinte passa por seis fases básicas de aquisição da L.S.⁷:

⁵A variação de acadêmicos estende-se, agora, para Educação Física, Biblioteconomia, Terapia Ocupacional, Matemática etc.

⁶Alguns ouvintes preferem aprender a L.S. em contato permanente com um surdo e suas interações na cultura surda.

⁷A duração do período de estacionamento do ouvinte em cada fase, varia bastante de acordo com o interesse, dedicação, prática e estudo de cada indivíduo.

1. O Aprendizado do Alfabeto Manual: inicialmente há um receio na comunicação com o surdo, por acusação da falta de compreensão bilateral das mensagens, ainda sem a utilização do alfabeto manual. A partir da aquisição de segurança, o indivíduo inicia a tentativa de comunicação com o surdo, mas ainda oralizando toda a frase e utilizando a datilologia em algumas palavras.

2. O Aprendizado de Sinais Soltos: aprendizado e memorização, inicialmente, dos sinais relacionados ao seu contexto. Insegurança na utilização dos sinais com o surdo, preferindo a conversação com outro ouvinte aprendiz, contextualizando o discurso para a criação da possibilidade de utilização dos sinais aprendidos; encorajamento para a conversação com o surdo, sem a formação de frase completa em L.S., utilização de sinais soltos e alfabeto manual para a representação dos sinais desconhecidos.

3. Uso do Português Sinalizado: aumento do vocabulário em L.S., sinalização de frase completa, mas com o uso de preposições, conjunções e interjeições etc. na estrutura do português, descaracterizando a L.S.; utilização incorreta de sinais como "sinônimos".

4. Aprendizado da L.S.: aumento da prática e exercícios, reconhecimento, aprendizagem e distinção da estrutura da L.S., mas ainda não apresenta expressão facial e corporal de acordo com as necessidades da língua.

5. Aquisição de Fluência em L.S.

6. Inclusão na Comunidade e na Cultura Surda: possibilidade de atuação como intérprete.

Desta forma, consideramos que a aquisição da L.S. pelo ouvinte, só se completa com a inclusão deste na comunidade e na cultura surda, já que o uso da Língua só alcança seu fim, quando o aprendiz passa a conhecer suas nuances, do indivíduo, da comunidade, e das produções desta, passando então, a fazer parte dela enquanto elemento produtor e reprodutor.

OS SEGREDOS E OS SILÊNCIOS DOS OUVINTES⁸

Para os ouvintes, em sua cultura, e em suas relações lingüístico – sociais, há uma convenção, no que se refere aos discursos e às mensagens, direcionadas à uma postura ética, para que o emissor da informação tenha "cuidado" com a mensagem, e não a repasse sem escrúpulos, em qualquer situação, para qualquer pessoa e de qualquer forma.

Quando se trata dos surdos, constatamos a presença de "franqueza na situação discursiva" (Botelho, 1998), e o confronto entre os dois posicionamentos e culturas, desta vez sob a ótica da cultura surda; o ouvinte não apresenta essa franqueza, fazendo com que acabem rotulando os surdos como "fofoqueiros", que em contra partida, rotulam os ouvintes como "desconfiados".

⁸Referência às atitudes dos ouvintes com relação aos surdos nas interações em L.S.. Todas as considerações foram feitas baseadas nas observações das reclamações dos surdos para com os ouvintes.

São comportamentos como o explicitado anteriormente, na interação surdo – ouvinte, em Língua de Sinais, que os primeiros acabam afastando de suas interações lingüístico – sociais mais abertas os ouvintes. E sempre em comparação com os descritos de Botelho (1998) é que fazemos as comparações com os outros aspectos.

Os ouvintes utilizam-se de “**mensagens não-significativas**” para a aproximação com o outro; mas quando a língua utilizada é a de Sinais, e o outro é um surdo, essas mensagens perdem ainda mais o significado, a razão e a finalidade, pois o surdo se afastará, rejeitando a possibilidade de conversação, já que desconhece tal artifício.

Em processo de aprendizagem da Língua de Sinais (2ª fase descrita anteriormente), o ouvinte ainda utiliza-se bastante da oralidade. E, se num grupo mesclado de surdos e ouvintes, numa conversação em L.S., dois ouvintes interrompem-na e passam a oralizar, a atitude é tomada como um desrespeito para com os surdos, caso não haja a preocupação nem o esforço de repassar, também para eles, as informações oralizadas. Essas atitudes podem fazer com que o surdo afaste esses ouvintes de seu meio de conversação.

Durante a 3ª fase da aquisição da L.S. pelos ouvintes, estes passam a utilizar-se do “**Português Sinalizado**”, no qual o discurso torna-se mais longo, mais extenso, só que numa estrutura diferente da Língua de Sinais, comprometendo consideravelmente o entendimento do surdo.

Quando, então, o ouvinte passa para a outra fase, a aprendizagem da L.S., começa a adquirir fluência nela, através da prática e do convívio com outros surdos, reconhecendo a importância da expressão facial, e sem cuidado, utiliza este artifício de forma exagerada, há um perigo de que o surdo se desagrade da interação caso isso torne-se uma constante.

E, ainda nessa fase de aprendizagem da L.S., os ouvintes, por uma questão de superioridade e inferioridade, assim como os surdos nas interações oralizadas, utilizam-se da “**simulação da compreensão**” do discurso. Mas, uma vez descoberta a incompreensão, a próxima interação pode não acontecer com tanta franqueza, perdendo assim, o sentido (para o ouvinte) e a importância (para o surdo).

Por fim, fica fácil constatar a independência da L.S. com relação a qualquer outra língua, bem como a personalidade dos surdos na luta pela manutenção e reconhecimento de sua cultura. Fica bastante claro, também, que para saber dos surdos e de suas especificidades, nem a leitura de todas as bibliografias específicas nos dariam tal sabedoria, e sim o convívio, o aprendizado da Língua, o uso e estudo correto dela, e o mergulho mais profundo em sua cultura, que na verdade, só nos dão um conhecimento ínfimo do que é ser surdo.

Para saber tudo, temos que nascer novamente. E nascer surdo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTELHO, Paula. **A Leitura, a escrita e a situação discursiva de sujeitos surdos: estigma, preconceito e formações imaginárias.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. UFMG. 1998.
- _____. **Segredos e silêncios na educação dos surdos.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência: Uma reflexão.** Vol. I. Rio de Janeiro, RJ: Sette Letras, 1995.
- _____. **Somos iguais a vocês: Depoimentos de mulheres com deficiência mental.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Agir, 1989.
- GOFMAN, Erwing. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1982.





Aula de linguagem das classes adiantadas
Década de 30 — INFS

Capa. Imagem de referência: O cortejo de Dionísio
Báco-reva. Museu da Nápoles

**GOVERNO
FEDERAL**
Trabalhando em todo o Brasil



**MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO**
BOA ESCOLA PARA TODOS